



# Migrações no Maranhão Contemporâneo

Uma análise do deslocamento de trabalhadores  
maranhenses rumo à lavoura da cana em São Paulo

MARCELO CARNEIRO E FLÁVIA MOURA (ORGS.)

UFMA – CPT/MA

MARANHÃO, 2008

Direitos exclusivos para esta edição:

CPT – Comissão Pastoral da Terra – MA

Universidade Federal do Maranhão – GERUR (Grupo de Estudos Rurais e Urbanos) – Migrações no Maranhão Contemporâneo

São Luís – MA

Os artigos assinados são de responsabilidade dos autores.

É permitida a reprodução total ou parcial desde que citada a fonte.

Impresso no Brasil

REALIZAÇÃO

UFMA, CPT-MA, Via Campesina

APOIO

CESE – CNBB – Cáritas Brasileira

SUPERVISÃO EDITORIAL E ORGANIZAÇÃO

Marcelo Sampaio Carneiro e Flávia Moura

AUTORES

Marcelo Sampaio Carneiro, Flávia Moura, Karlene Marinho e Andréa

Joana Sousa

PROJETO GRÁFICO

Raquel Noronha

ILUSTRAÇÕES

Ricardo Santos

IMPRESSÃO

Setagraf

---

Cartilha - Migrações no Maranhão Contemporâneo, V. 1,  
nº 1, São Luís – CPT/UFMA, 2008.

48p.

1. Sociologia – Migrações contemporâneas, trabalho.
  2. Economia familiar e estratégias de sobrevivência.
-



## Triste partida

“(...) Nós vamo a São Paulo que a coisa ta feia,  
Por terras alheias nós vamo vagar,  
Se nosso destino não for tão mesquinho,  
Pro mesmo caminho nós torna a voltar (...)  
Distante da terra tão seca, mas boa  
Exposto à garoa, à lama e o pau  
Faz pena o nortista tão forte e tão bravo  
Viver como escravo no norte e no sul.”

Patativa do Assaré



## Sumário

### **Apresentação**

6

### **O deslocamento temporário dos trabalhadores de Timbiras para a lavoura canavieira no sudeste brasileiro**

9

MARCELO SAMPAIO CARNEIRO, ANDRÉA SOUSA E KARLENE MARINHO

#### 1. INTRODUÇÃO

10

#### 2. QUEM SÃO AS PESSOAS QUE SE DESLOCAM DE TIMBIRAS PARA O TRABALHO NA LAVOURA DA CANA?

11

#### 3. UMA ESTRUTURA AGRÁRIA ARCAICA E UM MERCADO DE TRABALHO LIMITADO: OS DETERMINANTES ESTRUTURAIS DA MIGRAÇÃO

18

#### 4. CONCLUSÃO

23

#### 5. BIBLIOGRAFIA

26

### **Migração, estrutura do emprego e do acesso à propriedade no município de Codó (MA)**

29

MARCELO SAMPAIO CARNEIRO E FLÁVIA DE ALMEIDA MOURA

#### 1. INTRODUÇÃO

30

#### 2. O PERFIL DO MIGRANTE EM CODÓ

34

#### 3. AS INFORMAÇÕES SOBRE AS FAMÍLIAS DO BAIRRO DO CODÓ NOVO

38

#### 4. A ESTRUTURA AGRÁRIA E O MERCADO DE TRABALHO EM CODÓ

39

#### 5. CONCLUSÃO: A ECONOMIA DA PRECISÃO, O TRABALHO ESCRAVO E A MIGRAÇÃO

44

#### 6. BIBLIOGRAFIA

48

## Apresentação

O fenômeno da migração deve ser pesquisado para uma melhor compreensão da realidade social do Estado do Maranhão e tal pesquisa justifica-se não pelo mero interesse acadêmico, mas pelo fato de que pode possibilitar ações práticas de políticas públicas sobre o assunto.

Neste sentido, o material apresentado é resultado da parceria entre a CPT (Comissão Pastoral da Terra) no Maranhão e a UFMA (Universidade Federal do Maranhão), por intermédio do GERUR (Grupo de Pesquisa Rural e Urbano), pelo projeto “Migrações no Maranhão Contemporâneo”, coordenado pelo Professor Dr. Marcelo Sampaio Carneiro.

É sabido que a migração influencia as estruturas econômica, produtiva e familiar, às vezes até aumentando a renda local. Mas isso merece um estudo mais aprofundado e deve ser entendido no contexto da reforma agrária e da justiça social em contraste ao agronegócio e à exploração camponesa.



Para iniciar esse esforço, a primeira etapa do projeto “Migrações no Maranhão Contemporâneo”, desenvolvida desde 2005, é editada de uma forma sintética com o objetivo de divulgar dados colhidos durante esses três anos de pesquisa de campo nos municípios de Codó e Timbiras visando, principalmente, auxiliar no debate do movimento social sobre a temática da migração de trabalhadores e trabalhadoras maranhenses para atividades ligadas ao agronegócio e à monocultura da cana-de-açúcar, principalmente no Estado de São Paulo na atualidade. Vale registrar que a mesma pesquisa quantitativa também foi realizada pela UFMA nos municípios maranhenses de São José dos Basílios e Balsas, mas a opção de publicar os dados de Codó e Timbiras está ligado à sistematização dos dados, que foram enriquecidos com informações de pesquisas qualitativas produzidas pelos universitários durante o mesmo período, que originaram monografias e dissertação de mestrado.

Apesar de Codó e Timbiras apresentarem situações similares sobre o fenômeno da Migração, optamos por apresentar os dados em dois artigos produzidos por universitários participantes da pesquisa sob a orientação do prof. Marcelo Carneiro para valorizar as especificidades encontradas em cada município.

Entretanto, vale destacar que a rede do agenciamento responsável por recrutar grupos de trabalhadores que migram para o Sudeste do país abrange os dois municípios, sendo que Codó é apontado como o pioneiro em facilitar o acesso dos trabalhadores às viagens, principalmente para as usinas de cana-de-açúcar localizadas em municípios paulistas. Segundo informações obtidas durante a pesquisa de campo, a década de 90 marca o início da formação dessa rede de agências de viagem na região estudada e, a partir de então, o fluxo de migrantes é crescente a cada ano, inclusive resultando em deslocamento de famílias dos trabalhadores para o sudeste por período temporário ou definitivo, enquanto tiver oferta de trabalho.



# O deslocamento temporário dos trabalhadores de Timbiras para a lavoura canavieira no sudeste brasileiro

Marcelo Sampaio Carneiro  
Andréa Joana Sousa  
Karlene Marinho



## 1. INTRODUÇÃO

A produção e reprodução do trabalho escravo ou de processos de superexploração do trabalho pressupõem: i) a existência de trabalhadores disponíveis para o recrutamento; ii) uma ou mais redes de mobilização desses trabalhadores e iii) cadeias produtivas que funcionam com base na ilegalidade e/ou no recurso a mão-de-obra barata.

Desde o início de 2005, trabalhamos numa pesquisa em parceria com a Comissão Pastoral da Terra (CPT)<sup>1</sup> sobre a identificação das causas que têm promovido e impulsionado o deslocamento de trabalhadores maranhenses para regiões de fronteira agrícola (PA/MT) ou para a lavoura da cana no estado de São Paulo.

No caso da lavoura da cana, segundo dados do Serviço Pastoral do Migrante, o número de trabalhadores piauienses e maranhenses – oriundos principalmente do município de Timbiras - para a safra de 2005/2006 atingiu a marca dos 6 mil trabalhadores, num crescimento sempre progressivo desde quando esses dados começaram a ser registrados (Tabela 1).

<sup>1</sup> Participam dessa pesquisa os alunos do curso de graduação em Ciências Sociais: Andréa Joana, Janaina Lobo, João Marcio Mendonça, Karlene Marinho e Rafael Moscoso. Em Timbiras somos apoiados pela equipe da CPT da Diocese de Coroatá e pelo STR desse município.

TABELA 1  
NÚMERO ESTIMADO DE TRABALHADORES IMIGRANTES DO MA E PI

SAFRAS	NÚMERO ESTIMADO DE TRABALHADORES IMIGRANTES DOS ESTADOS DO MA E PI	DIFERENÇA
2000/2001	100	-----
2001/2002	300	+ 200
2002/2003	1.000	+ 700
2003/2004	3.000	+ 2.000
2004/2005	5.000	+ 2.000
2005/2006	6.000	+ 1.000

FONTE: SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES APUD ALVES (2005)

A presença crescente desses trabalhadores em São Paulo e em outros estados das regiões sudeste e centro-oeste faz parte de um processo de intensificação da exploração do trabalho, viabilizado pelo incremento do deslocamento de trabalhadores dos estados do Piauí e Maranhão e a conseqüente substituição da força de trabalho que estava estabelecida há mais tempo nessas localidades.

Segundo dados apresentados na grande imprensa e por cientistas sociais (ALVES, 2005) os trabalhadores maranhenses e piauienses são mais produtivos que a força de trabalho até então empregada (produtividade média de 10 ton/ homem/dia no fim dos anos 90 versus 6

ton/homem/dia na década de 80); apresentam uma menor taxa de absenteísmo e possuem menor relação com a organização sindical dos trabalhadores do setor. Representam, por conseguinte, um trunfo a mais para o capital no processo de expansão recente do complexo sucroalcooleiro.

Nas seções seguintes, discutimos as razões que estão por trás desse deslocamento de trabalhadores do município de Timbiras para a lavoura canavieira, articulando informações oriundas de nossa pesquisa de campo com informações de natureza secundária sobre a economia do município.

## 2. QUEM SÃO AS PESSOAS QUE SE DESLOCAM DE TIMBIRAS PARA O TRABALHO NA LAVOURA DA CANA?

O município de Timbiras está localizado, conforme classificação do IBGE, na Microrregião Homogênea de Codó<sup>2</sup>, numa área geográfica que também é designada como “região dos cocais”, situada entre os vales dos Rios Itapecuru e Mearim e que ficou conhecida, na primeira metade do século XX, como uma zona de atração para milhares de camponeses nordestinos. Região esta, contudo, que em período mais recente, têm-se caracterizado com um dos principais locais de origem de trabalhadores resgatados em situação de trabalho escravo<sup>3</sup> e como ponto de partida para o deslocamento sazonal de milhares de pessoas para o trabalho nos canaviais de São Paulo.

<sup>2</sup> Integram essa MRH os municípios de Codó, Coroatá, Timbiras, Peritoró, Capinzal do Norte e Alto Alegre do Maranhão.

<sup>3</sup> Os municípios de Caxias e Codó aparecem na lista dos dez municípios onde mais se originam trabalhadores rurais resgatados em situação de trabalho escravo (MDA, 2005, p. 15).



Procurando dar conta da situação escolhemos, junto com a CPT-MA, o município de Timbiras para a realização de pesquisa procurando responder às seguintes questões: i) Quem são esses trabalhadores e trabalhadoras que estão se deslocando? ii) Qual(is) o(s) motivo(s) que levam esses trabalhadores (trabalhadoras) a se deslocar? iii) Quais as repercussões desse deslocamento para as suas famílias? iv) Qual a repercussão desse deslocamento para a economia do município de Timbiras?

Durante a aplicação dos questionários, entrevistamos 114 famílias, 71 das quais (63%) disseram possuir pelo menos um membro trabalhando fora do município. Os locais de destino desses trabalhadores são bastante variados, mas, concentram-se principalmente nos estados de Goiás (31,18%), São Paulo (30%) e Pará (6,45%). O deslocamento para outras regiões no interior do estado do Maranhão (19,35%) foi também citado, destacando-se, nesse caso, o município de Campestre do Maranhão, no qual se localiza uma usina de produção de álcool, a Destilaria Cayman.

Perguntamos também sobre o tipo de trabalho que as pessoas realizam nas regiões de destino. A ocupação mais mencionada foi a da cana-de-açúcar, com 54% das respostas, com menor importância, aparecem as atividades da construção civil e do trabalho doméstico.

Quanto à faixa etária, situação civil e sexo dos migrantes, obtivemos que 60,78% dos trabalhadores possuem entre 20-29 anos (Quadro 1), 54,36% são casados (ou estão juntos) e 83,65% são do sexo masculino. O dado da faixa etária pode ser relacionado com a análise da alta produtividade do trabalhador maranhense buscada pelos empreiteiros (ALVES, 2005). Ou seja, o principal da força de trabalho que se desloca é masculina e bastante jovem, o que se coaduna com as expectativas das usinas sucroalcooleiras.



QUADRO 1  
DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES QUE MIGRARAM SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA

FAIXA ETÁRIA	Nº	Em %
15 A 19 ANOS	6	5,8
20 A 24 ANOS	34	33,3
25 A 29 ANOS	28	27,4
30 A 34 ANOS	11	10,7
35 A 39 ANOS	15	14,7
40 A 44 ANOS	3	2,9
45 A 49 ANOS	3	2,9
50 A 54 ANOS	2	1,9
TOTAL	102	100 %

FORNTE: DADOS DE PESQUISA DE CAMPO

Outra questão que nos interessou foi indagar sobre o processo de mobilização desses trabalhadores, como eles foram contatados para o trabalho e como eles se deslocaram para as regiões de destino. A maioria, cerca de 45,06% das respostas, informou que o processo de migração ocorreu através do contato com familiares e amigos. Somente 8,5% informaram terem sido mobilizados através de gatos (ou empreiteiros), enquanto 35,21% responderam que viajaram por conta própria.

Perguntamos ainda sobre o meio de deslocamento utilizado, cerca de 40% dos trabalhadores viajaram em ônibus clandestinos, 19,7% das respostas informam que a viagem foi feita em ônibus ditos de “empresa” e de “turismo”, enquanto 28,16% disseram que o deslocamento foi realizado em ônibus de linha. O período em que essas viagens ocorrem está concentrado nos meses de janeiro (13,95 % das respostas), fevereiro (17,44%), março (32,55%) e abril (11,62%), o que, em tese, facilitaria a atuação dos órgãos responsáveis pela fiscalização do transporte rodoviário no estado do Maranhão.

Como já adiantado, através do questionário, procuramos construir um perfil sócio-econômico de nossos entrevistados. O objetivo dessas perguntas foi o de tentar construir um perfil das famílias da periferia de Timbiras e, dentre estas, daquelas cujos membros tiveram a necessidade de se deslocar para trabalhar fora do município.

Indagamos aos entrevistados sobre as fontes de rendimentos e obtivemos que 53,5% dos chefes da família têm por ocupação princi-

pal a agricultura, enquanto 20% sobrevivem principalmente com os rendimentos oriundos da aposentadoria rural. Outro dado relevante foi o percentual de famílias, 44,7 % do total, que informaram receber algum recurso dos programas de transferência de renda do governo federal (Bolsa-Escola, Bolsa-Família, PETI, Vale-Gás).

Para as famílias que respondiam dizendo que o trabalho na agricultura era a sua atividade principal, perguntamos sobre o tipo de relação que possuíam com a terra trabalhada, se esta era própria, arrendada ou ocupada. Como resultado obtivemos que 54% dos entrevistados trabalham em terras arrendadas, enquanto 16,4% disseram trabalhar em terras próprias e 15% em posses.

Perguntamos ainda sobre a forma de pagamento pela terra arrendada e obtivemos como informação que 80% dos arrendatários pagam 1 saco de 60 kg de arroz (em palha) por cada linha de roça colhida<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> Cada linha de roça corresponde a 0,3 hectares e fornece, segundo a região do município e as condições climatológicas da safra, de 3 a 20 sacos de arroz.



# VIAGENS IRIS

A Sua Melhor Opção em Viagem

Viagens para

BRASILIA  
GOIÂNIA  
SÃO PAULO  
RIO PRETO



# MERCEARIA MATHHEUS

TERESINA - TINGUA - SOBRAL  
FORTALEZA - CALDAS - FORTORCO  
COCO - IMPERATRIZ - SÃO LUÍS



## AGÊNCIA ANTONIO GROSSO

VIAGENS PARA  
GOIÂNIA, CALDAS NOVAS,  
BRASILIA, RIBEIRÃO P.,  
SÃO PAULO, CUIABÁ E  
RIO DE JANEIRO

BARA  
1997  
1000  
1000  
1000

FAZEMOS  
EXCURSÃO  
E TEXOS



## AGENCIA DE VIAGENS ERISTUR

VENDA DE PASSAGENS:  
ANAPOLIS  
BRASILIA  
CALDAS NOVAS  
GOIANIA  
R. P. PRETO  
SÃO PAULO



2360

## VIAN

VIAGENS  
PARA  
GOIANIA  
BRASILIA  
CALDAS NOVAS  
RIBEIRÃO PRETO  
SÃO PAULO  
E OUTROS



### 3. UMA ESTRUTURA AGRÁRIA ARCAICA E UM MERCADO DE TRABALHO LIMITADO: OS DETERMINANTES ESTRUTURAIS DA MIGRAÇÃO

As informações apresentadas nas seções anteriores, acerca do perfil do trabalhador migrante e sobre a decisão do deslocamento apontam para dois elementos centrais na compreensão do processo migratório em questão: a natureza da estrutura de distribuição da posse e propriedade da terra e a dimensão restrita de oportunidades de emprego no mercado de trabalho local.

Timbiras é um município pequeno, de pouco mais de 26 mil habitantes, com uma economia articulada em torno dos rendimentos oriundos da atividade agrícola e dos recursos transferidos pela União. De forma semelhante a maior parte dos municípios da região dos coais, até o início dos anos oitenta a economia regional tinha nas atividades de coleta e processamento da amêndoa do coco babaçu sua atividade principal<sup>5</sup>. Com o declínio do aproveitamento industrial de babaçu a propriedade da terra passou a ser orientada para a atividade pecuária ou mantida como reserva de valor, visando a obtenção de alguma vantagem creditícia – caso dos incentivos fiscais (FINOR, FINAM e FISET) – ou a sua venda num momento de aquecimento do mercado de terras.

Como principal ativo econômico local a propriedade da terra encontra-se concentrada em poucas mãos, como destaca o quadro abaixo (Quadro 2), que apresenta os dados da estrutura fundiária do município. Note-se que os estabelecimentos de quinhentos hectares ou mais, apenas vinte e seis (26), ocupam quase 45% da área total, enquanto os de até dez hectares, que representam a esmagadora maioria das unidades agropecuárias do município (90,8%), respondem por cerca de 5,0% da área total.

5 Segundo Amaral Filho (1990, p. 278), nesse período, funcionou em Timbiras uma unidade da Companhia Industrial Técnica, empresa de aproveitamento integral dos produtos do coco babaçu, apoiada por incentivos fiscais da SUDENE, que era proprietária de 13.600 hectares de terras e empregava oitenta trabalhadores diretos.





QUADRO 2

ÁREA E NÚMERO DOS ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL (1996).

ESTRATO DE ÁREA	ESTABELECIMENTOS		ÁREA	
	Em N°	Em %	Em N°	Em %
MENOS DE 10 HECTARES	3.307	90,87	3.717,13	5,09
10 A 50 HECTARES	44	1,21	1.252,05	1,71
50 A 100 HECTARES	96	2,64	6.221,70	8,51
100 A 500 HECTARES	140	3,84	29.165,70	39,90
500 A 1.000 HECTARES	14	0,38	9.148,12	12,52
MAIS DE 1.000 HECTARES	12	0,33	23.586,00	32,27
SEM DECLARAÇÃO	26	0,71	-----	-----
TOTAL	3.639	100,00	73.090,142	100,00

FONTE: IBGE (CENSO AGROPECUÁRIO, 1996)

Entretanto, quando cruzamos as informações sobre o tamanho dos estabelecimentos com referente à condição legal das terras aparece um dado ainda mais grave, do ponto de vista da estrutura da posse/propriedade da terra no município, pois, a grande maioria desses pequenos estabelecimentos – minifúndios de menos de 5 hectares (Quadro 3) - é classificada, segundo a definição do IBGE, como terras em parceria, ou seja, os camponeses que nelas trabalham são obrigados a repassar parte (a metade, o terço, a quarta, etc.) da produção obtida para outrem.

QUADRO 3

NÚMERO ABSOLUTO E RELATIVO DOS ESTABELECIMENTOS DE MENOS DE 5 HECTARES, SEGUNDO A CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS, NO TOTAL DO MUNICÍPIO DE TIMBIRAS (1996)

CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS	ESTABELECIMENTOS DE MENOS DE 5 HECTARES (A)	TOTAL DE ESTABELECIMENTOS (B)	A/B (EM %)
PRÓPRIAS	6	292	2,05
ARRENDADAS	13	18	72,22
EM PARCERIA	2.198	2.221	98,96
OCUPADAS	1.088	1.131	96,19

FONTE: IBGE (CENSO AGROPECUÁRIO, 1998)

O que os dados do Censo Agropecuário mostram e, nesse ponto, coincidem com os da nossa pesquisa de campo, é que o componente mais relevante da estrutura fundiária do município de Timbiras é o predomínio da grande propriedade baseada na exploração de trabalhadores através da instituição do arrendamento.

Entretanto, deve-se destacar que se até os anos 70<sup>6</sup> a maior parte desses camponeses viviam de forma subordinada no interior de latifúndios, nossas informações revelam que uma parte importante desses trabalhadores não vive mais no interior dessas propriedades, pois, foram ou estão sendo expulsos ou se deslocaram para os bairros de Timbiras, para as “pontas de rua”, a procura de melhores serviços de educação, saúde, abastecimento e eletricidade.

Como citamos anteriormente, o processo de expulsão de trabalhadores do interior desses latifúndios está relacionado com o aquecimento do mercado de terras; tendência novamente observável em Timbiras, pois, durante nossa pesquisa de campo tivemos a oportunidade de registrar a expulsão de algumas dezenas de famílias de camponeses<sup>7</sup>, dos povoados “Chapada do Socó” e “Faz Favor” localizados na Fazenda Serra Azul, que estava em processo de negociação com um grupo econômico interessado em implantar um empreendimento agropecuário.

Além da irregularidade relacionada ao desrespeito do direito desses camponeses, que há mais de vinte anos viviam nessas terras, descobrimos que esse processo de venda da Fazenda Serra Azul ocultava um outro tipo de desvio, pois, os povoados acima citados foram recentemente contemplados com benfeitorias (sistema de eletrificação, poço artesiano) do Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR), programa executado pelo governo estadual com recursos oriundos do

6 Em 1970, quase 90% dos habitantes do município residiam na zona rural, em 2000 esse percentual cai para 47,14% (cf. dados disponíveis no endereço <http://www.sidra.ibge.gov.br>)

7 O número de famílias dos povoados “Chapada do Socó” e “Faz Favor”, constantes na documentação encaminhada ao governo do estado para justificar a construção do poço artesiano e do sistema de eletrificação rural do Programa de Combate à Pobreza Rural, eram, respectivamente, 76 e 40 famílias.

Banco Mundial<sup>8</sup>. Ou seja, o proprietário das terras articulou, através de associações dos trabalhadores desses povoados, a demanda por benfeitorias, que, a despeito de integrarem uma política pública de combate a pobreza, acabaram por funcionar como uma infra-estrutura privada, valorizando a propriedade em processo de negociação.

Esse caso serve também para colocarmos em discussão a inoperância dos órgãos responsáveis pela questão agrária no Maranhão, INCRA e ITERMA, que não possuem nenhuma política de combate a grilagem de terras ou mesmo de intervenção de reordenamento fundiário no estado. Em 21 de setembro de 2005 acompanhamos uma delegação de trabalhadores do município e representantes da CPT numa audiência com o superintendente do INCRA no Maranhão, na oportunidade eles pediam informações sobre o andamento do pedido de desapropriação das fazendas Campestre do Catulo e Serra Azul, que havia sido demandada pela primeira vez no ano de 1986. Em resposta o Superintendente do INCRA explicou que os respectivos processos não haviam tido continuidade, pois, no caso da fazenda Serra Azul a vistoria não identificou número de trabalhadores que justificasse o pedido de desapropriação, enquanto no caso da Fazenda Campestre do Catulo a procuradoria jurídica do Instituto encontrara problemas na cadeia dominial do imóvel.

Com base nos dados recentemente levantados informamos que somente em dois povoados, localizados no interior da fazenda Serra Azul, cujos camponeses haviam sido expropriados, encontramos documentos oficiais encaminhados ao Programa de Combate a Pobreza Rural, que indicavam a existência de 116 famílias, argumentando ainda, no caso da fazenda Campestre do Catulo, que se existissem irregularidades na cadeia dominial do imóvel o mesmo deveria ser arrecadado pelo governo do estado ao invés de desapropriado e suas terras destinadas a implantação de um projeto de assentamento.

Após a discussão o Superintendente comprometeu-se em colocar os dois pedidos de desapropriação na lista de prioridades da atuação do INCRA, contudo, nove meses depois não temos conhecimento de nenhuma ação concreta para encaminhar a desapropriação das duas áreas solicitadas, ou para fazer avançar a reforma agrária no município de Timbiras<sup>9</sup>.

8 Dados confirmados pelo levantamento que fizemos junto ao Núcleo de Programas Especiais (NEPE), órgão do governo estadual responsável pelo desenvolvimento do PCPR, dos documentos que comprovam a implantação do Projeto de Eletrificação Rural (valor de R\$ 56.355,12 conforme o Diário Oficial do Estado, de 29.10.201, p. 11) no povoado "Faz Favor" e de Poço Tubular (valor de R\$ 21.041,85) no povoado da "Chapada do Socó".

9 Outro exemplo de morosidade na atuação do INCRA no município é o caso do imóvel denominado Sardinha, Santarém e Santa Emília, de 1.724,00 hectares, cujo decreto de desapropriação foi publicado no Diário Oficial da União em 01.06.2005 e até o momento o projeto de assentamento não foi criado.

#### 4. CONCLUSÃO

No final de 2005, o grande noticiário sobre a expansão da lavoura da cana ficou marcado pela divulgação de oito casos de morte de trabalhadores, dois dos quais naturais do município de Codó/MA<sup>10</sup>.

10 Cf. dados publicados pelo Boletim da Pastoral do Migrante – Setor Rural – Guariba/SP, Ano 19, n. 120, 2005.

Essas mortes assinalam uma das dimensões da experiência vivida pelos trabalhadores migrantes, que, como mostramos na segunda seção desse artigo, ressaltam a dureza do trabalho e da vida em São Paulo e encaram o deslocamento como uma alternativa quase inescapável, face as dificuldades de reprodução econômica no Maranhão.

Por conseguinte, pensamos que um elemento central para a compreensão da disponibilidade desses trabalhadores é a situação vivenciada por suas famílias no local de origem, marcada pelo não-acesso aos recursos produtivos de que dispõe o município e pela carência de equipamentos públicos coletivos nas áreas da saúde e da educação<sup>11</sup>. Esse não-acesso aos recursos do município fica bastante claro quando verificamos a situação de quase monopólio da propriedade da terra por parte de poucos e da existência do arrendamento como mecanismo de acesso dos trabalhadores de Timbiras aos insuficientes meios de sobrevivência.

11 De acordo com levantamento organizado por Pochmann & Amorim (2003), o município de Timbiras ocupa a 5421ª posição no ranking da exclusão social dos municípios brasileiros, isto é, encontra-se posicionado entre os cem municípios com maior grau de exclusão social.

Contudo, seria um equívoco pensar que o movimento migratório dos trabalhadores de Timbiras se fundamenta apenas na injusta estrutura fundiária desse município, pois, observamos que ela também se alimenta dos resultados obtidos por esses trabalhadores na lavoura da cana, particularmente, da possibilidade de acumular alguns recursos para investir na aquisição de bens (casa, móveis, eletrodomésticos) e na realização de algum tipo de investimento, caso da aquisição de motocicletas, da montagem de um pequeno negócio urbano ou mesmo da compra de uma ou duas cabeças de gado.

Nessa perspectiva, pensar a construção de uma alternativa para essas pessoas ao destino do trabalho na cana, passa pela intervenção do estado<sup>12</sup> na distribuição dos recursos fundiários da região – desapropriação ou arrecadação de terras, estabelecimento de projetos de assentamento – mas, implica também no desenvolvimento de mecanismos eficazes de apoio a iniciativas econômicas possibilitadas pela redistribuição dos ativos econômicos locais e/ou pelos recursos duramente poupados durante as jornadas de trabalho em São Paulo.

12 Como o município de Timbiras está localizado em uma das principais regiões produtora de trabalhadores para a cadeia do trabalho escravo ele deveria ser encarado como destino prioritário para o desenvolvimento das ações contidas no Plano MDA/INCRA para a Erradicação do Trabalho Escravo (MDA/INCRA, 2005).





## 5. BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Alfredo W.B. (1981) *As secas do Nordeste e o Maranhão*. São Luis: Comissão Pastoral da Terra.

ALVES, Francisco J.C. (2005) *A Produtividade do Trabalho e a Expansão para o Sudeste do Complexo Agroindustrial Canavieiro*. Trabalho apresentado no XV Congresso da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho.

AMARAL FILHO, Jair do. (1990) *A Economia Política do Babaçu: um estudo da organização do extrato-indústria do babaçu no Maranhão e suas tendências*. São Luís: SIOGE.

BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. (2001) *Sayad, l'ethnologue organique de l'immigration algérienne*. *Agone*, nº 25.

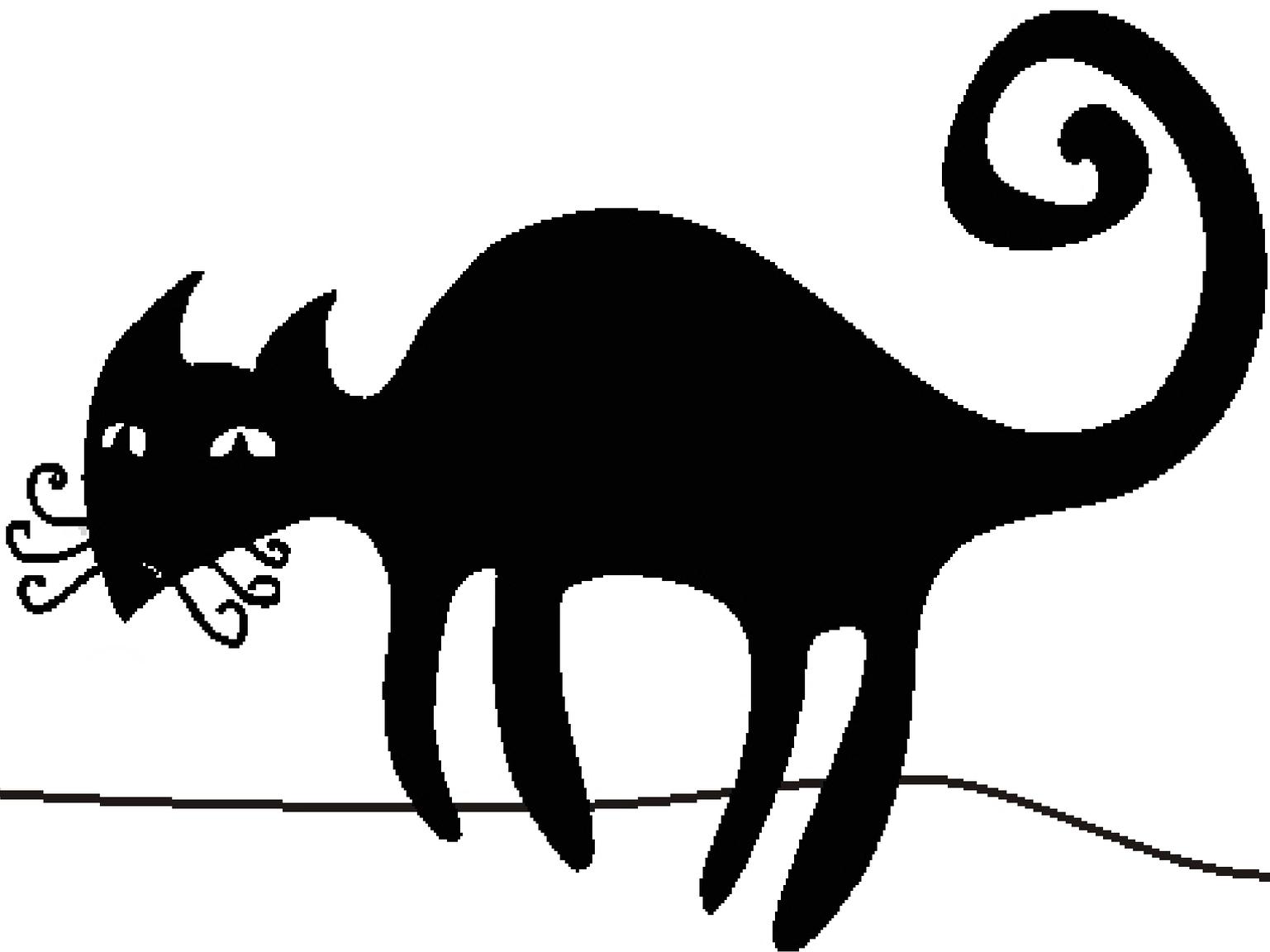
ESTERCI, Neide. (1994) *Escravos da desigualdade: um estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje*. Rio de Janeiro: CEDI.

MAY, Peter H. (1990) *Palmeiras em Chamas: Transformação Agrária e Justiça Social na Zona do babaçu no Maranhão*. SAO LUIS: EMAPA/FINEP/FUNDACAO FORD.

MARTINS, José de S. (1994) *A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil*. *Tempo Social*, nº 6 (1-2), pp. 1-25.

PRADO Jr., Caio (1985) *A Questão Agrária*. São Paulo: Brasiliense.

POCHMANN, M.; AMORIM, R. (orgs.) (2003) *Atlas da exclusão social no Brasil*. São Paulo: Cortez.





# Migração, mercado de trabalho e acesso à terra no município de Codó

Marcelo Sampaio Carneiro  
Flávia de Almeida Moura



## 1. INTRODUÇÃO

A escolha de Codó para a realização da segunda etapa da pesquisa sobre Migrações no Maranhão contemporâneo deveu-se ao fato de que esse município – junto com o de Timbiras ser dos principais locais de partida de trabalhadores maranhenses para a atividade canavieira no sudeste do País, especialmente no Estado de São Paulo.

Para realizarmos a pesquisa, solicitamos aos agentes da CPT de Codó a identificação dos bairros que concentravam o maior número de pessoas que se deslocavam para o trabalho na lavoura canavieira, segundo esses agentes o bairro do Codó Novo era esse local.

Uma vez delimitada a área para a realização da pesquisa quantitativa, discutimos com representantes da CPT e de movimentos sociais locais as questões que deveriam compor o questionário a ser aplicado. A partir dessa discussão, definimos o conjunto de questões que compuseram o instrumento de pesquisa, que foi estabelecido com o intuito de responder a algumas questões, como: Qual a amplitude do fenômeno migratório nesse município? Qual o perfil das famílias e dos trabalhadores que migram? Qual a relação entre a estrutura econômica do município e a o processo migratório?

A coleta de dados foi realizada em julho de 2006, no Bairro do Codó Novo, por universitários e agentes dos movimentos sociais, contando com o apoio da Paróquia Santa Terezinha, que nos ofereceu a infra-estrutura para a realização do trabalho de campo.

Para a elaboração do presente artigo, tomamos como ponto de partida os dados fornecidos pela pesquisa quantitativa, mas, adicionamos informações oriundas de fontes secundárias (Censo Agropecuário, CAGED, Pesquisa Agropecuária Municipal, etc.) e de entrevistas com lideranças sindicais e dos movimentos sociais de Codó.

O artigo está organizado em três partes: na primeira, traçamos um perfil dos migrantes e de suas famílias a partir das informações obtidas com os questionários; na segunda parte, analisamos o perfil da estrutura agrária e do mercado de trabalho em Codó, elementos que identificamos como componentes estruturais do processo migratório; enquanto na terceira e última partes, procuramos estabelecer as relações existentes entre esses elementos estruturais e o fenômeno da migração no município de Codó.







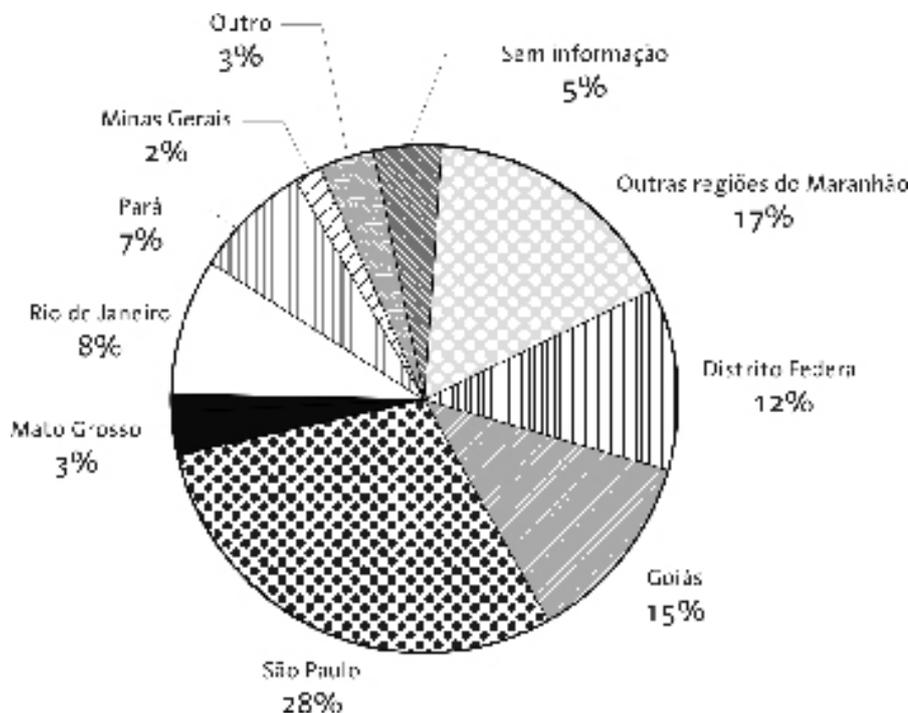
## 2. O PERFIL DO MIGRANTE EM CODÓ

O questionário foi aplicado em duzentos e cinquenta e seis (256) domicílios localizados no bairro Codó Novo; o que corresponde a 5% de estabelecimentos domésticos do bairro. A partir dos dados obtidos, procuramos construir um perfil do migrante e de sua família, identificando alguns aspectos da composição (tamanho, escolaridade e trabalho dos membros) e da realidade em que vivem.

Identificamos no conjunto das famílias entrevistadas num total de sessenta e uma (61) com pelo menos um membro trabalhando fora do município (migrante), o que corresponde a 23,8% do total das famílias entrevistadas.

Os principais locais de destino dos migrantes indicados (Gráfico 1) foram: São Paulo, Goiás, outras regiões do Maranhão e o Distrito Federal. Os dois primeiros estados correspondem à região de produção canavieira, enquanto o deslocamento para Brasília e outras regiões do Maranhão está relacionado com a inserção dos migrantes em outros tipos de trabalho, caso de serviços domésticos, construção civil e em atividades agropecuárias.

Gráfico 1  
ESTADOS PARA ONDE SE DESLOCAM OS MIGRANTES



A maior parte desses migrantes é do sexo masculino (73,4%). No que concerne ao estado civil verifica-se um equilíbrio entre os solteiros (49,4%) e aqueles que são casados ou simplesmente “juntados” (44,3%). Um dado importante sobre esses migrantes é o de sua escolaridade (Quadro 1). O quadro mostra que mais da metade desses trabalhadores não possui o ensino fundamental completo, o que os coloca numa situação de extrema fragilidade no mercado de trabalho, ou seja, com esse nível de qualificação é pouco provável que consigam ultrapassar a condição de cortadores de cana, de empregadas domésticas e de trabalhadores na construção civil. Ademais, esse frágil nível de escolaridade os coloca numa situação de fragilidade face aos agenciadores de mão de obra.

QUADRO 1  
ESCOLARIDADE DOS MIGRANTES

ESCOLARIDADE	EM %
ANALFABETO	11,4
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	49,4
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	16,5
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	10,1
ENSINO MÉDIO COMPLETO	7,6
SEM INFORMAÇÃO	5,1
TOTAL	100,00

FONTE: DADOS DE PESQUISA DE CAMPO



Para saber sobre o mecanismo de mobilização perguntamos: “Por quem foi (foram) contatado(s) para trabalhar fora do município”. Os resultados obtidos estão no Quadro 2, no qual destacam-se três formas principais de mobilização: através de familiares (19,7%); através de amigos e conhecidos (21,4%) e por intermediários (patrão/gato/empresa) (23,0%).

QUADRO 2  
 ATRAVÉS DE QUEM SE DESLOCOU PARA O TRABALHO?

	Em %
ATRAVÉS DE AMIGO	14,8
FAMILIARES	19,7
PATRÃO	13,1
CONHECIDO	6,6
GATO	3,3
EMPRESA	6,6
OUTRO	11,5
SEM INFORMAÇÃO	24,6
TOTAL	100,0

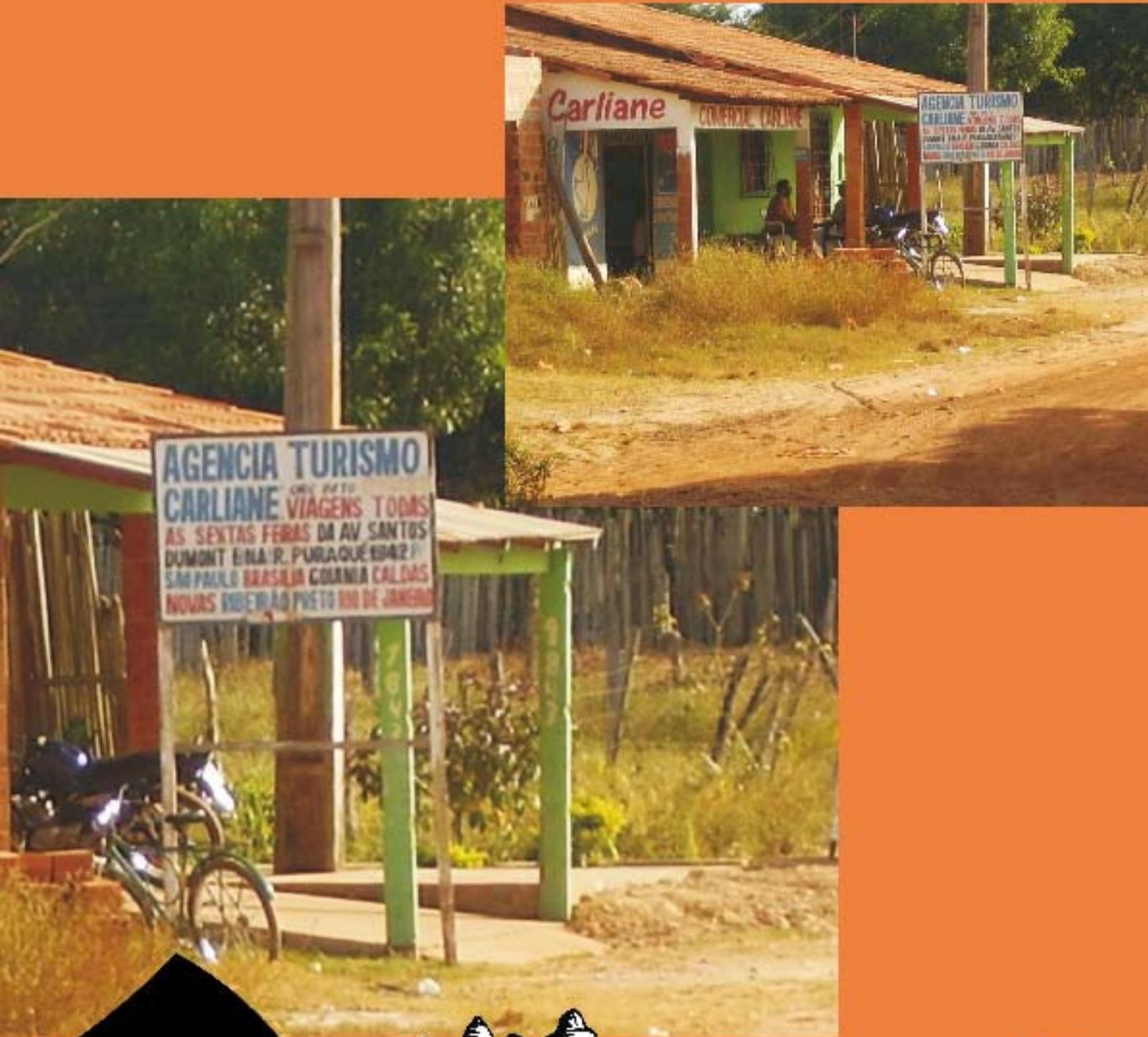
FONTE: PESQUISA DE CAMPO

A ação de intermediários, a baixa escolaridade e, como veremos na outra seção, a falta de oportunidade de trabalho formam um cenário favorável para o desenvolvimento de fluxos migratórios a partir de Codó,. Quando perguntados sobre o motivo do deslocamento do município, a grande maioria dos entrevistados (73,8%) apontou a falta de emprego (Quadro 3) como o elemento mais importante.

QUADRO 3  
 MOTIVO PRINCIPAL PARA O MIGRANTE SE DESLOCAR DE CODÓ

MOTIVO PRINCIPAL PARA O MIGRANTE SE DESLOCAR	Em %
VONTADE PRÓPRIA	1,6
FALTA DE EMPREGO	73,8
SITUAÇÃO FINANCEIRA	14,8
AJUDA A FAMÍLIA	4,9
OUTROS	4,9
TOTAL	100,00

FONTE: PESQUISA DE CAMPO



### 3. AS INFORMAÇÕES SOBRE AS FAMÍLIAS DO BAIRRO DO CODÓ NOVO

Além dos dados sobre o trabalhador migrante, a pesquisa procurou também construir o perfil das famílias entrevistadas, de forma a compreender o contexto em que ocorre a decisão de migrar. No que diz respeito à renda média mensal das famílias (Quadro 4), verificamos que 44,7% das famílias sobrevivem com menos um salário mínimo mensal. Se considerarmos a faixa de um salário mínimo e meio, teremos que 85% das famílias residentes em Codó Novo enquadram-se nesse patamar de renda<sup>1</sup>.

QUADRO 4

RENDA MÉDIA MENSAL FAMILIAR (EM REAIS)

RENDA FAMILIAR	EM %
MENOS DE 100 REAIS	18,50
100 --- 200	14,10
200 --- 300	12,10
300 --- 400	23,90
400 --- 500	16,40
500 --- 600	1,60
600 --- 700	2,30
MAIS DE 700 REAIS	11,10
TOTAL	100,00

FONTE: PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa identificou também a importância da política de seguridade social para a economia do grupo familiar, pois, nada menos do 40,6% das famílias entrevistadas informaram possuir pelo menos um membro recebendo aposentadoria rural.

Outro benefício recebido que foi citado pelos entrevistados é o auxílio-doença<sup>2</sup> do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), designado localmente pela expressão “trabalhador encostado”. Segundo os dados coletados 6,7% dos entrevistados recebem tal benefício, o que deve estar relacionado com o fato que muitos dos trabalhadores das duas principais fábricas existentes do município residem no bairro do Codó Novo.

<sup>1</sup> Embora nosso levantamento sobre a renda não seja exaustivo, dadas as dificuldades de mensurar o conjunto dos rendimentos obtidos pelos membros da família, o perfil do rendimento auferido pelo chefe de família aproxima-se dos dados oferecidos pelo Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD) para o ano de 2000, segundo o qual 74,5% da população do município de Codó vivia na linha de pobreza (com renda domiciliar per capita equivalente a metade do salário mínimo).

<sup>2</sup> Benefício concedido ao segurado impedido de trabalhar por doença ou acidente por mais de 15 dias consecutivos. No caso dos trabalhadores com carteira assinada, os primeiros 15 dias são pagos pelo empregador, e a Previdência Social paga a partir do 16º dia de afastamento do trabalho. No caso do contribuinte individual (empresário, profissionais liberais, trabalhadores por conta própria, entre outros), a Previdência paga todo o período da doença ou do acidente (desde que o trabalhador tenha requerido o benefício). (Cf. [http://www.mpas.gov.br/pg\\_secundarias/beneficios\\_o6.asp](http://www.mpas.gov.br/pg_secundarias/beneficios_o6.asp))

Quanto aos recursos oriundos de programas de transferência de renda, a pesquisa identificou que mais da metade dos entrevistados recebem Bolsa Família: 54,30% do total da amostra. Como foi possível verificar em algumas entrevistas esse recurso é tão significativo ao ponto de, em muitos casos, garantir o próprio sustento dos grupos familiares.

#### 4. A ESTRUTURA AGRÁRIA E O MERCADO DE TRABALHO EM CODÓ

Quase  $\frac{3}{4}$  das pessoas entrevistadas indicaram a falta de emprego como um fator determinante para a decisão do deslocamento do membro do grupo familiar, estamos, como sublinha a literatura sobre o tema (Guilmoto; Sandron, 2003), diante de uma migração temporária em busca de trabalho.

Portanto, para compreender o surgimento desse movimento migratório é preciso entender a economia regional para verificar quais as oportunidades ocupação e emprego existentes para os trabalhadores de Codó.

Segundo os dados oriundos do Ministério do Trabalho e Emprego, no ano de 2006 os empregos formais no município equivaliam a 5.499 postos de trabalho distribuídos como mostra o Quadro 5. Como pode ser verificado, as oportunidades de empregos formais no município concentram-se em três setores: administração pública (39,57%), comércio (25,40%) e indústria de transformação (17,62%)<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Essa diversificação do mercado de trabalho está relacionada com o fato de Codó ser centro regional, abarcando um aparelho burocrático estatal como também algumas indústrias (por exemplo, indústria de cimento), além de abrigar um grande contingente populacional que não dispõe de terras para plantar que tem de levar o sustento da família por uma outra maneira que não seja a agricultura.

QUADRO 5  
DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGOS FORMAIS NO MUNICÍPIO DE CODÓ SEGUNDO O SETOR DE ATIVIDADE – EM 31.12.2006

	EMPREGOS FORMAIS	EM %
EXTRAÇÃO MINERAL	100	1,81
INDÚSTRIA DA TRANSFORMAÇÃO	969	17,62
SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA	91	1,65
CONSTRUÇÃO CIVIL	5	0,09
COMÉRCIO	1.397	25,40
SERVIÇOS	585	10,63
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2.182	39,67
AGROPECUÁRIA	170	3,09
TOTAL	5.499	100,00

FONTE: RAIS/MTE



Ora, quando comparado com o número de pessoas ocupadas ou desempregadas, a população economicamente ativa (PEA), esse número de empregos formais é absolutamente insuficiente para a garantia de reprodução econômica das famílias do município. Tomando como referência os dados do Censo Demográfico de 2000 temos uma PEA-Urbana para o município de Codó de 27.840 pessoas, ou seja, cinco vezes mais do que o emprego gerado em 2006.

Outra possibilidade de absorção dessa força de trabalho seria a sua absorção nas ocupações geradas pelas atividades da agropecuária municipal, entretanto, como pode ser visto no Quadro 6 as oportunidades de trabalho geradas pela pecuária empresarial e pela produção de carvão vegetal são pequenas, restando a lavoura temporária e a silvicultura e exploração florestal (aqui estão localizadas as atividades da coleta do coco babaçu) como principais atividades geradoras de ocupação no campo, mas, como veremos em seguida, enfrentando vários entraves para o seu desenvolvimento, por conta dos limites da estrutura fundiária regional.



QUADRO 6

PESSOAL OCUPADO POR GRUPO ATIVIDADE ECONÔMICA NO MUNICÍPIO DE CODÓ – 1996

	PESSOAL OCUPADO	EM %
LAVOURA TEMPORÁRIA	9.317	43,68
HORTICULTURA E PRODUTOS DE VIVEIRO	128	0,60
LAVOURA PERMANENTE	251	1,18
PECUÁRIA	1.824	8,55
PRODUÇÃO MISTA (LAVOURA E PECUÁRIA)	2.854	13,38
SILVICULTURA E EXPLORAÇÃO FLORESTAL	5.571	26,12
PRODUÇÃO DE CARVÃO VEGETAL	1.386	6,50
TOTAL	21.331	100,00

FONTE: CENSO AGROPECUÁRIO (IBGE)

Esse quadro limitado de oportunidades de trabalho foi identificado em nossa pesquisa, pois, mesmo residindo na sede do município a maior parte dos entrevistados informou que a ocupação principal do chefe de família estava relacionada com o desempenho de atividades agrícolas<sup>4</sup> (Quadro 4).

QUADRO 7

OCUPAÇÃO PRINCIPAL DO CHEFE DA FAMÍLIA

OCUPAÇÃO	EM %
TRABALHO AGRÍCOLA	44,90
TRABALHO DOMÉSTICO	5,90
TRABALHO NO COMÉRCIO	11,10
APOSENTADO, PENSIONISTA OU ENCOSTADO	8,70
OUTROS	25,1
SEM INFORMAÇÃO	4,30
TOTAL	100,00

As limitações da inserção em empregos/ocupações urbanas fazem como que a maior parte das pessoas que reside no bairro do Codó Novo ainda mantenha uma relação importante com a terra, tendo na agricultura uma importante fonte de renda. De um total de 256 entrevistados, 144 responderam que mantêm atividade agrícola, isto é, 55,10% da amostra.

QUADRO 8

PESSOAS ENTREVISTADAS QUE TRABALHAM COM A TERRA

	EM %
SIM	55,10
NÃO	43,30
SEM INFORMAÇÃO	1,60
TOTAL	100,00

O problema é que para manter essa atividade agrícola (lavouras temporárias associadas com o extrativismo vegetal) essas pessoas geralmente alugam um pedaço de terra, pagando o “fôro”, como é localmente denominado pagamento pelo arrendamento de um pedaço de terra, normalmente dois sacos de arroz (de 60 kg) por linha colhida. De acordo com as informações recolhidas a maioria dos entrevistados (62,40%) paga uma renda para poder realizar a atividade agrícola.

4 Apesar de boa parte dos entrevistados sobreviverem da agricultura, o resultado da pesquisa quantitativa também apontou que no município de Codó são encontrados outros tipos de trabalho, destacando-se principalmente: a) o comércio, vendas e trabalho autônomo (11,10%); b) ocupação por seguros sociais como pensões, “encostamentos” (seguro-doença) e aposentadoria (8,70%); c) trabalhos em serviços privados (mecânico, eletricitista, pintor, cobrador, pedreiro e outros) (6,0%) e d) trabalho como doméstica (5,90%).

Apenas 10,60% dos entrevistados informaram serem proprietários e 6,40% disseram que cultivam em área de posse, isto é, exploram livremente a terra, mas não possuem documentos que comprovem a sua propriedade.

QUADRO 9

FORMA DE ACESSO À TERRA

FORMA DE ACESSO	EM %
ARRENDADA	62,40
PRÓPRIA	10,60
POSSEIRO	6,40
OUTROS	20,60
TOTAL	100,00

A importância do arrendamento como mecanismo de acesso a terra no município aparece com toda sua força quando analisamos a distribuição dos recursos fundiários do município considerando a condição do produtor (Quadro 10).

QUADRO 10

DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS FUNDIÁRIOS SEGUNDO A CONDIÇÃO DO PRODUTOR.

CONDIÇÃO DO PRODUTOR	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS		ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS	
	Nº	EM %	HECTARES	EM %
PROPRIETÁRIO	1.372	18,82	230.235,903	96,05
ARRENDATÁRIO	2.412	33,09	3.231,880	1,35
PARCEIRO	997	13,68	1.340,678	0,56
OCUPANTE	2.509	34,42	4.899,616	2,04
TOTAL	7.290	100,00	239.708,077	100,00

FONTE: CENSO AGROPECUÁRIO (IBGE)

## 5. CONCLUSÃO: A ECONOMIA DA PRECISÃO, O TRABALHO ESCRAVO E A MIGRAÇÃO

Os dados coletados na pesquisa quantitativa e as informações secundárias sobre a sócio-economia do município de Codó mostram que a decisão do deslocamento dos trabalhadores migrantes está intimamente relacionada com o limitado mercado de trabalho urbano e a situação calamitosa da estrutura fundiária municipal.

Em entrevistas realizadas com trabalhadores resgatados de situação análoga à de escravos em fazendas localizadas nas proximidades de Codó, a pesquisadora Flávia Moura registrou um depoimento que destaca bem essa dificuldade de obtenção de recursos para a manutenção do grupo familiar:

“Depois que a gente bota a roça, até janeiro, passa fevereiro, março e abril parado. Esse tempo é difícil. É quando a gente tem mais precisão. Depois, chega em maio, junho, a gente tá colhendo. De julho pra frente, até novembro, a coisa fica feia. Difícil de arrumar trabalho. Daí não tem muita escolha não...”  
(entrevista concedida por Raimundo, Codó, In: MOURA, 2006)

Os trabalhadores falam de uma situação de “precisão” para explicar as difíceis condições em que vivem e, por conseqüência, a necessidade de retornar sazonalmente ao trabalho nas fazendas da região.

No caso das pessoas que se deslocam para trabalhar em regiões mais distantes (São Paulo, Goiás, Distrito Federal, etc.) a “precisão” também está presente, como mostra a alusão à falta de emprego como elemento determinante da decisão de partir.

O fato desses trabalhadores se deslocarem para mais longe ou mais perto está relacionado com a sua inserção em diferentes redes de mobilização da força de trabalho, ou seja, o que está em questão aqui é que há uma distinção entre os intermediários que aliciam e recrutam trabalhadores para atividades nas proximidades do município e os que seguem para outros estados.

Finalmente, o que está em jogo no fenômeno da migração em Codó é a tendência da saída por parte dos trabalhadores, incentivada pela falta de oportunidade de trabalho e acesso à terra nos municípios, aliada às facilidades de viajar em ônibus clandestinos<sup>5</sup>, que apresentam preços mais baixos do que empresas oficiais de transporte interestadual e, mais do que isso, facilitam o acesso (tanto geográfico, já que os trabalhadores são levados até as suas proximidades, como também nas redes

<sup>5</sup> Esses ônibus, na maioria das vezes, são particulares, contratados por pequenas “agências de turismo” localizadas em pontos estratégicos do município, como no bairro Codó Novo (onde mora a maioria dos trabalhadores que migram) ou ainda na avenida principal de acesso, localizada na entrada e saída do município.

de influências para conseguir arrumar uma vaga de trabalho) às usinas de cana-de-açúcar localizadas no interior de São Paulo.

Nesta perspectiva, entendemos que para Codó sair da condição de “local de dispersão de pessoas”, é necessária uma intervenção do estado na distribuição de terras, como também na implementação de políticas públicas que possibilitem a geração de renda no local, principalmente com incentivos à agricultura familiar, dentre outros mecanismos que venham intervir nesta realidade e amenizar o fluxo migratório para o Sudeste.







## 6. BIBLIOGRAFIA

AMARAL FILHO, Jair. A Economia Política do Babaçu – um estudo sobre a organização extrato-indústria do Babaçu no Maranhão. São Luís. SIOGE, 1990.

CUNHA, José Marcos Pinto da. & BAENINGER, Rosana. Cenário da Migração no Brasil no Brasil nos Anos 90. Caderno CRH. Salvador, v.18, nº 43, p. 87-101, Jan./Abr., 2005.

GUILMOTO, C.Z.; SANDRON, F. (2003) Migration et développement. Paris: La Documentation Française.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário. 1995-1996

MAY, Peter. Palmeiras em Chamas: Transformação agrária e justiça social na Zona do Babaçu. São Luís: Emapa / Finep / Fundação Ford, 1990.

MOURA, Flávia de Almeida. Escravos da precisão: economia familiar e estratégias de sobrevivência de trabalhadores rurais em Codó (MA). Dissertação de Mestrado, UFMA, 2006.

